

Crédito Rural para Agricultura Familiar: O caso do FNO Especial - PRORURAL na Transamazônica - PARÁ¹

A influência do Fundo Constitucional do Norte - FNO e seu Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar - PRORURAL no desenvolvimento da agricultura familiar da Região da Transamazônica, Estado do Pará, Brasil, possui um caráter abrangente. Esta influência deriva do estudo deste financiamento nos municípios das famílias agricultoras e suas implicações.

■ **Lecir Peixoto**

Resumo

O FNO Especial tem grande importância no processo de desenvolvimento da agricultura familiar da Transamazônica. Este trabalho faz uma análise da inserção deste financiamento nos sistemas de produção beneficiados e as suas conseqüências para os diferentes tipos de agricultores da amostra de cada município e para a agricultura familiar regional. Para isso, fez-se uma pesquisa com agricultores localizados nos municípios de Medicilândia e Pacajá, buscando abranger as suas áreas totais, localizados em pontos extremos desta região. Os resultados apontam uma influência marcante do FNO Especial que contribui para uma redefinição do perfil agropecuário regional, acentuando tendências ou mesmo sendo elemento decisivo para algumas mudanças ocorridas, além de oferecerem subsídios para a discussão sobre o pagamento da dívida adquirida pelos agricultores e a adequação do crédito rural para a agricultura familiar.

Abstract

Special FNO (Fund for the Family Agriculture) has great importance in the process of development of the Family Agriculture of Transamazônica. This work makes an analysis of the insert of this financing in the production beneficiaries system and its consequences for the difference types of farmers of the sample of each borough district and the regional Family Agriculture. For that, made himself a research with farmers located in the borough district of Medicilândia and Pacajá, looking for embrace its total areas, located in extreme points of this area. The result aim an influence importance of Special FNO that it contributes to a definition of the regional agricultural profile, accentuating tendencies or same being decisive element for some happened changes, besides offering subsidies for the discussion on the payment of the debt contracted by the farmers and the adaptation of the rural credit for the Family Agriculture.

INTRODUÇÃO

A influência do Fundo Constitucional do Norte - FNO e seu Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada - PRORURAL no desenvolvimento da agricultura familiar da Região da Transamazônica³, Estado do Pará - Brasil, possui um caráter abrangente. Esta abrangência deriva do estudo da inserção deste financiamento nos sistemas de produção das famílias agricultoras e suas implicações sócio-econômicas. De modo geral, o estudo aborda assuntos relacionados à política agrícola adotada pelo estado brasileiro, no âmbito nacional em um contexto regional.

A Região da Transamazônica corresponde a configurações bastante peculiares, enquanto resultado de processos de colonização ali implementados pelo governo federal, no início da década de 70, ocasião em que ocorreu a vinda de milhares de famílias de outras partes do país. No início, como parte do projeto de colonização, o estado esteve bastante presente através de suas políticas agrária e agrícola, oferecendo um modelo de colonização com distribuição de terras, além de uma política de crédito subsidiado. Passados os primeiros anos, ainda no final desta década, o estado diminui a sua intervenção na região, caracterizando uma situação de abandono. Esta situação será modificada somente no início da década de 90, em face das primeiras aprovações dos projetos do FNO Especial, produto da negociação entre as entidades representativas dos agricultores familiares e o estado em torno de uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. Ocorre então a criação dos Fundos Constitucionais, sendo o FNO Especial para a Região Norte do país.

Analisados os seis primeiros anos da sua implantação, o FNO Especial teve uma importância significativa nesta realidade, apesar das controvérsias existentes sobre a sua real contribuição para o desenvolvimento da agricultura familiar. Este trabalho se propõe a analisar alguns pontos de estrangulamento que impedem uma melhor eficiência deste financiamento, através da verificação da influência e mudanças causadas pelo FNO Especial na evolução dos sistemas de produção agrícolas familiares da Região da Transamazônica. Apresentam resultados de uma pesquisa realizada diretamente com

ao público beneficiado. Para isto, utilizou-se de técnicas de entrevistas e questionários, todos realizados diretamente com agricultores familiares (beneficiários e não beneficiários desta linha de financiamento) residentes em Medicilândia e Pacajá. A população destes municípios varia entre 20 e 30 mil habitantes, atingidos por processos de desenvolvimento diferenciados. Foram entrevistadas um total de 37 famílias agricultoras, cujos estabelecimentos agrícolas localizam-se em toda a extensão dos "travessões" ou estradas construídas perpendicularmente à Rodovia Transamazônica¹. O objeto de análise centrou-se no estudo dos sistemas de produção dos estabelecimentos agrícolas, mediante a elaboração de uma tipologia desses sistemas e de indicadores econômicos, tais como o patrimônio total e a margem bruta das suas principais atividades.

2 Problemática

O peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como base social do dinamismo do setor é fundamental. Sua interferência incide sobre a política de crédito, a reordenação das estruturas agrárias, a política de preços, a determinação estrita da renda agrícola e até sobre o processo de inovação técnica. Por isto a instituição se faz presente no cotidiano de milhões de agricultores. Por esta razão, a análise desta realidade regional, considerando a influência na política pública direcionada para a Transamazônica, especialmente pelo enfoque dos efeitos da política de crédito rural ali implementada no final da década de 90 é importante. Por ela pode-se ter uma visão da atuação governamental em áreas de fronteira agrícola.

A política agrícola implementada ao longo da história brasileira e mais especificamente a de crédito rural, tem um papel importante para a definição do atual modelo agrícola adotado pela sociedade rural (Benetti, 1994). Este modelo é calcado na tecnificação e no aumento da exportação de produtos agrícolas. Esta política destinou-se aos grandes e médios agricultores, em detrimento dos pequenos e, conseqüentemente, da agricultura familiar, setor de atividade econômica que se encontra evolutivamente à margem deste processo.

¹Conforme modelo fundi-rio adotado pela colonizaã, com lotes de 100 ha e a abertura de

O crédito rural, como uma das principais ferramentas desta política, define sua orientação. Promove, além da distribuição social desigual, também uma distribuição espacial altamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), criados em 1989, representam a única iniciativa do Estado (tomada sob pressão dos movimentos sociais organizados dos agricultores) para se contrapor àquela política de crédito. Também representam créditos de investimento, que historicamente têm pouca participação na divisão do capital destinado ao crédito (em suas diferentes modalidades: de custeio, investimento e comercialização), apesar de ser considerado a base para o desenvolvimento da agricultura.

A região da Transamazônica, beneficiada pelo FNO, apresenta uma dinâmica de desenvolvimento bastante marcada pelo projeto de colonização ali implementado a partir da década de 70, com a abertura da Rodovia BR 230, a "Transamazônica" e a implantação de um modelo fundiário pré-estabelecido. Assim, observaram-se diferentes fases da política de crédito rural implementada. A primeira, bastante subsidiada pelo Estado, caracterizou a compreensão das fases seguintes, por uma ausência do Estado nas políticas públicas em geral. Esta situação mudou a partir do início da década de 90, como marco de um "ciclo recente de mobilizações" (Monteiro, 1996), através dos chamados "Gritos"². O resultado foi a conquista do FNO Especial em suas diferentes modalidades (PROCERA³, PRORURAL⁴ e PRODEX⁵), com recursos provenientes, basicamente, dos impostos sobre produtos industrializados e renda, correspondendo a 3% desta arrecadação, dos quais 1,8% vão para o Nordeste, 0,6% para o Centro-Oeste e 0,6% para o Norte (DESER, 1994).

O PRORURAL, enfoque deste trabalho, beneficiou, na região da Transamazônica, entre 1992 e 1998, aproximadamente 6.000 famílias agricultoras⁶. Representa o crédito que mais atingiu esta categoria neste período, tanto em número de beneficiados, quanto em área geográfica (comunicação oral - MPST, 1996), atingindo aproximadamente 15% do total de famílias.

2 Espaço de negociação entre as entidades representativas dos pequenos agricultores e o Estado, instituído a partir desta década.

3 Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária.

4 Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada.

5 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

A negociação sobre a vinda do FNO Especial para a região, com a participação ativa do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica - MPST⁷ e suas organizações de base (MPST, 1994), e mais tarde, em 1993, com a participação da pesquisa através de uma parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica - LAET⁸, se deu de forma bastante intensa, desde o início das negociações em torno do modelo de crédito. Negociavam de um lado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI e o Banco da Amazônia S/A - BASA, por ocasião dos "Gritos do Campo" em Belém, capital do estado. Neste campo de luta, tentava-se, por parte dos agricultores, diversificar a lista dos itens financiáveis, incorporando investimentos fixos (barragens, currais, rodas d'água, biodigestores), pequenos implementos e recuperação de pastos degradados, embora não conquistados pelos participantes dessas organizações.

Ao longo deste período, foram realizados trabalhos que abordavam este assunto⁹, cujos resultados já alertavam para a tendência regional de pecuarização, que influenciava na concentração fundiária, especialmente porque se baseava na atividade de gado de corte¹⁰.

Nos primeiros seis anos da presença do FNO Especial, problemas surgiram e foram se acumulando a cada ano, com mais e mais aprovações de projetos, muitos deles como resultados de uma inadequação deste crédito ao grupo beneficiado. A discussão entre as organizações dos agricultores e o Estado restringe-se geralmente a outros fatores julgados

7 OMPST É uma instituição representativa da organização de base tanto do meio rural (Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, cooperativas e associações) quanto urbano (sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores urbanos, fundações culturais, movimento negro e de mulheres, etc.), surgido de fato em 1990 em um meio rico em debates sociais na região da Transamazônica.

8 O LAET É uma equipe de pesquisa e pesquisa-formação-desenvolvimento interdisciplinar e interinstitucional, com o propósito, ultrapassando o quadro puramente reivindicativo, de "propor uma nova política de desenvolvimento econômico, social e agroecológico para a Transamazônica, a partir de trabalhos desenvolvidos com pequenos agricultores".

9 Uma avaliação dos consúrcios realizada por pesquisadores do LAET e EMBRAPA cujos resultados apontavam problemas técnicos e a falta de interesse dos agricultores que não tinham perspectiva de mercado para a venda desses produtos; Um diagnóstico realizado pelo LAET (CASTELLANET, C.; SIM'ES, A.; CELESTINO FILHO, P. Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: pistas para a pesquisa-desenvolvimento. Altamira: LAET, 1994); uma pesquisa preliminar realizada pelo LAET (PEIXOTO, L. Análise em estabelecimentos agrícolas familiares beneficiados pelo FNO Especial em três municípios da Transamazônica: mudanças e tendências. Altamira: LAET, 1996 (mimeo)) e o processo de pecuarização observado em Marabá (DE REYNAL *et al* 1995).

10 Se contrapondo ao projeto inicial do FNO que previa gado de leite, em que os próprios agricultores, por não terem perspectivas de venda do leite, optavam por mudar para o gado de corte e como

mais urgentes, tais como diminuição das taxas de juros, maior volume de capital, etc. não significando um avanço em relação à adequação do financiamento às características específicas da agricultura familiar, isto é, a uma perspectiva que contemplasse uma melhor contribuição do crédito rural para o desenvolvimento desta categoria social.

No desenrolar desses projetos, surgiram vários questionamentos sobre a viabilidade desta linha de crédito a médio e longo prazos, bem como a necessidade de aprofundar esta discussão em direção à adequação ao público a que é destinado. Nesses termos, o FNO, dentro da sua própria lógica, significa um “pacote” de financiamento a que o agricultor tem acesso, porém com pouca flexibilidade de utilização deste capital, no que tange às suas estratégias de aplicação.

Esta adequação significa levar em consideração as especificidades da agricultura familiar, em cujos sistemas de produção ocorrem simultaneamente produção e consumo (SIDERSKY, 1990), caracterizando-se de forma diferente de uma “empresa agrícola”. Tal adequação supõe o entendimento da lógica econômica de um estabelecimento agrícola familiar, dotado de elementos sócio-econômico-culturais específicos e da necessidade de inserção dos agricultores no contexto político local e global. O que se observa, grosso modo, em função destas muitas especificidades, é que os agricultores necessitam de financiamentos para atender outras demandas de investimentos dos seus sistemas de produção, que não somente aqueles designados pelo FNO Especial. Isso, em vários casos, caracteriza um problema, pois o capital do financiamento é investido em outras atividades, podendo agravar a situação do pagamento da dívida (o que, por si só, já representa um problema, em função das altas taxas de juros). Portanto, esta adequação exigiria o levantamento das demandas de investimentos dos sistemas de produção, dentro de uma análise econômica, considerando fatores externos (preços dos produtos, mercado, etc.) para se chegar às alternativas de investimentos nas quais esse capital poderia ser melhor utilizado.

3 Resultados

Realizou-se uma tipologia da amostra para facilitar a análise, conforme Dufumier (1986), cuja base de classificação valorizam as características encontradas na fase compreendida entre 1995 e 1997.

pontos: patrimônio, margem bruta das principais atividades (neste caso, culturas anuais, permanentes e gado) e atividades desenvolvidas nos sistemas de produção. A amostra é classificada nos seguintes tipos:

Tabela 1 A quem o FNO Especial está atendendo

Tipo	Denominação	Índices	
		Patrimônio (R\$)	Margem Bruta*(R\$)
1	Agricultores (culturas anuais)	10.000,00	1.700,00
2	Agricultores (culturas permanentes)	15.000,00	3.200,00
3	Pecuaristas agricultores (gado + culturas anuais)	16.000,00	2.700,00
4	Pecuaristas agricultores (gado + culturas permanentes)	17.000,00	5.200,00

Os municípios apresentam diferentes dinâmicas de desenvolvimento e ordenação social, verificadas em diagnósticos realizados¹¹, assim como pelos diferentes perfis de agricultores beneficiados pelo FNO.

Em Medicilândia, o crédito beneficiou principalmente aqueles agricultores cujos estabelecimentos estivessem bem localizados, próximos da faixa e com condições boas de acesso rodoviário. Por isso, poucos agricultores moradores dos fundos dos travessões foram beneficiados¹². Não há na amostra, casos de agricultores com lotes menores de 100 ha beneficiados (apesar de que, pelas regras do financiamento, este grupo pode ser beneficiado). Os moradores mais antigos possuem mais acesso ao FNO. A maioria da amostra já teve acesso a outros tipos de financiamento nas duas primeiras fases¹³,

11 CASTELLANET, C.; SIM'ES, A.; CELESTINO FILHO, P. *Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: pistas para a pesquisa-desenvolvimento*, Altamira: LAET, 1994.

12 Classificou-se os estabelecimentos em relação à distância da faixa, ou seja, a distância do estabelecimento até a rodovia Transamazônica, conforme os valores: a) próximo à faixa: até 10 km; b) meio de travessão: entre 11 e 20 km; c) fundo de travessão: além de 21 km. São considerados travessões ímportos aqueles entre 12 e 15 km de extensão, enquanto os mais longos podem atingir mais de 100 km.

13 São consideradas quatro fases evolutivas neste trabalho: Fase 1 - de 1973 a 1976; Fase 2 - de 1977 a 1987; Fase 3 - de 1988 a 1994 e Fase 4 - de 1995 a 1997. Estas são as melhores

apresentando casos de contratação do FNO por duas vezes¹⁴. A busca de participação dos agricultores na dinâmica das organizações representativas não se baseou, na maioria, somente pelo interesse de ter acesso ao financiamento.

Em Pacajá, ao contrário de Medicilândia, os agricultores tiveram pouco acesso ao crédito oficial em fases anteriores ao FNO Especial. Nesta modalidade foram beneficiados agricultores de todas as áreas, independente da distância ou acesso, sendo que 25% dos beneficiados estavam localizados em estabelecimentos em condições de intransitabilidade durante todo o ano¹⁵ e nos fundos de travessões. A participação destes agricultores em suas organizações é, para a maioria dos casos, incentivada pelo desejo de serem beneficiados pelo financiamento, tanto para aqueles que já o receberam, quanto para aqueles que ainda o pleiteiam.

Influência do FNO Especial nas mudanças ocorridas nas dinâmicas dos sistemas de produção e região

A Transamazônica vinha percorrendo lentamente um caminho rumo à pecuarização, independente dos preços de mercado para o gado bovino. A inserção do FNO Especial causou uma aceleração deste processo e, como conseqüência, ocorreu uma mudança brusca na trajetória que vinha sendo seguida pelos sistemas de produção dos agricultores. A atividade pecuária torna-se uma das principais dentro destes sistemas. Este fato fica bastante evidente quando comparam-se os agricultores beneficiados com os não beneficiados por este financiamento. Esta mudança causa, em Pacajá, uma concentração de agricultores praticando a atividade pecuária e culturas anuais (antes se concentravam mais nas culturas anuais). E em Medicilândia, uma dedicação principal à pecuária e às culturas permanentes (antes se concentravam mais em culturas permanentes), transformando os agricultores, de forma generalizada, em pequenos pecuaristas. As culturas consorciadas dos projetos iniciais (consórcio coco x cupuaçu) possuem pouca aceitabilidade por parte dos agricultores, por não terem expectativa de venda da produção.

14 Casos estes retirados da amostra para efeito de análise de impacto do FNO nos sistemas de produção.

15 Este fato é discutido no capítulo 4.

A mudança na trajetória dos agricultores ocorre paralelamente ao processo de intensificação na atividade pecuária, em que o capital do FNO Especial permitiu a compra de gado para os agricultores de Pacajá, que possuíam muito pasto e pouco gado. E, para os agricultores de Medicilândia, permitiu aumentar ainda mais o rebanho e o pasto. O alto investimento realizado nesta atividade criou alternativas para a reversibilidade deste capital investido, o que resultou em uma atividade que é altamente reversível, podendo o agricultor, sem grandes perdas (dependendo dos preços dos produtos de mercado), reverter o investimento em capital, aplicando-o em outras atividades, se assim for a sua estratégia.

Outra mudança causada pelo FNO Especial incidiu sobre o valor total do patrimônio dos agricultores de Pacajá, que são menos capitalizados do que os de Medicilândia (apesar da pouca eficiência em conversão do total do financiamento em patrimônio para este mesmo grupo). Eles aumentaram consideravelmente o valor patrimonial no ano seguinte ao investimento, quando comparado com o seu valor no ano anterior. Esta mudança no patrimônio vai contribuir para diminuir a distância entre os agricultores dos dois municípios, "nivelando" os seus patrimônios.

Inserção do FNO Especial na gestão dos sistemas de produção

A inserção do FNO Especial e o levantamento evolutivo da gestão dos sistemas de produção demonstram que este financiamento se tornou, nos últimos anos, a principal fonte de capital de investimento dentro dos sistemas beneficiados. As culturas anuais e permanentes tinham um papel importante como fonte de capital, mas deixam de tê-lo a partir da chegada deste financiamento. A atividade pecuária possui uma margem bruta bastante significativa na renda, mas possui uma característica peculiar de funcionar, por enquanto, como uma poupança. Isto é, as vendas não acontecem regularmente, somente em casos de emergência (exceto para alguns tipos de agricultores pecuaristas que vendem regularmente este produto), funcionando como uma espécie de "poupança". Os resultados apresentam um alto investimento realizado na atividade pecuária. E o retorno que oferece, não é capital de circulação que possa ser utilizado para as diversas demandas existentes. Considerando que esta fase é transitória, isto é, o rebanho financiado pelo FNO Especial ainda é relativamente pequeno para vendas regulares, espera-se que a

Conversão do financiamento em patrimônio

Esta inserção de capital resulta numa conversão em patrimônio muito baixa, mostrando sua ineficiência, principalmente para aqueles agricultores menos capitalizados. Os resultados obtidos explicam parcialmente esta ineficiência. Este capital, tipicamente de investimento, é aplicado não somente nos itens financiados, mas também em outras necessidades (de tesouraria/ caixa, alimentos, compra de transportes, pagamento de mão-de-obra, custeio das culturas anuais, benfeitorias, etc.), causando um "desvio" na utilização do capital. Isto é observado principalmente para aqueles menos capitalizados, que precisam de investimentos básicos em seus sistemas, tais como construção de casas de moradia, barragens e galpões. Este problema é mais ou menos acentuado conforme a realidade de cada município. Observa-se uma falta de experiência e/ou formação na área de gerenciamento, o que dificulta para o agricultor a utilização correta (através de um planejamento e avaliação de atividades) daquele volume considerável de capital recebido.

É fato também que a dinâmica de liberação do financiamento em que estão envolvidos vários atores como o banco, assistência técnica, os agricultores e suas organizações, se caracteriza por uma "desarmonia", em que, quase sempre, quem sai perdendo é o agricultor. Isto aparentemente prejudica bastante a conversão do financiamento em patrimônio e, conseqüentemente, a eficiência deste financiamento e a capacidade de pagamento da dívida.

Capacidade de pagamento da dívida

O estudo da previsão do pagamento da dívida, com base nos rendimentos oferecidos pelas atividades financiadas (no caso, principalmente o gado) mostra que todos os agricultores não possuem rendimento suficiente para o seu pagamento. As culturas permanentes ainda não estão em plena produção e a atividade pecuária passa por um momento de aumento do rebanho, com vendas esporádicas, sem uma contribuição significativa em capital circulante. Verificou-se a capacidade de pagamento das outras atividades do sistema e que também não oferece um rendimento suficiente. A situação mais grave é dos agricultores de Pacajá, cujas rendas são ainda menores que os de Medicilândia. Caso não aconteçam negociações para a busca de alternativas, este problema pode acarretar o uso de parte do patrimônio para o pagamento desta dívida, podendo significar a venda do capital produtivo, inclusive...

■ Considerações finais

O que fica mais explícito a partir dos resultados apresentados é a necessidade de ADEQUAÇÃO DO FNO ESPECIAL. Reflexão que deve também servir de base para a discussão sobre adequação de outras linhas de crédito. Esta reflexão pressupõe um esforço por parte de todos os envolvidos neste jogo social.

Primeiramente é imprescindível que as lideranças das organizações apresentem o perfil de agricultura familiar que querem para a região, tanto em termos de sua inserção no mercado, quanto na definição de suas diferenças em relação aos outros grupos sociais presentes na região, definindo as suas prioridades de desenvolvimento.

O Banco e a assistência técnica também têm papel fundamental nesta discussão, que só avançará se houver uma predisposição por parte destes atores para considerar as especificidades da agricultura familiar em área de fronteira agrícola (verificadas as aptidões agropecuárias regionais e locais). A diversidade de situações na agricultura familiar abrangem tanto os aspectos agronômicos quanto os tipos de sistemas de produção. Um crédito padronizado não atende de forma satisfatória a todos. Por essas especificidades, os agricultores têm necessidades de financiamentos para atender outras demandas de investimentos dos sistemas de produção, que não somente aqueles financiados pelo FNO Especial. Esta constatação implica a realização de um levantamento das necessidades financeiras, bem como uma análise econômica, de forma a se alcançar alternativas de investimentos nas quais esse capital possa ser melhor utilizado. Não sendo dessa forma, conforme demonstrado nos resultados, o capital do financiamento é aplicado em outros itens não financiados, não atingindo os seus objetivos, mas trazendo problemas posteriores. Há a necessidade de considerar as características próprias a cada município, cujos agricultores são menos ou mais capitalizados e apresentam necessidades financeiras específicas. Como alternativa preliminar, poderia se aventar a oferta de financiamentos menores, destinados a atender a estas demandas básicas de investimentos, juntamente com uma formação e acompanhamento mínimos na área do gerenciamento.

Como ponto de partida, a definição do perfil de agricultores atendidos pelo FNO Especial permite verificar quais os grupos que estão ficando à margem desse processo, o que ajudaria na discussão sobre créditos específicos para eles.

A eficiência do FNO Especial envolve, além da adequação ao público

basta oferecer capital ao agricultor, se não houver um acompanhamento técnico das suas atividades agropecuárias e se não se considerar a necessidade do planejamento e previsão, por parte de todos os envolvidos (Banco, assistência técnica, pesquisa e organizações dos agricultores), do escoamento e da comercialização dos produtos financiados. Esta é uma condição *sine qua non* para o pagamento da dívida e para a constituição da agricultura familiar.

E, por último, há a necessidade da busca de outros financiamentos, para diminuir a orientação política dos financiamentos, muito direcionada, no período considerado, para o FNO Especial. Este direcionamento restringe a discussão sobre adequação do crédito para a agricultura familiar, que poderia ter uma capacidade reprodutiva mais propícia se contasse com outras linhas de crédito.

DAVID, R. Propostas para uma ação de crédito às pequenas experiências de crédito na Transamazônica. Brasília, 1974. mimeo.

DE KERNAL, V., MICHIGATTA, M. Agricultura familiar e desenvolvimento na Amazônia. Belém: LAV/UFPA, 1977. 112 p.

DESER - DEPARTAMENTO SINDICATO AGRÍCOLA DO PARÁ. O Fundo Constitucional do Pará - um instrumento de equivalência - produto para os pequenos agricultores. In: MIR/SUDAM/UNUD, V. I, 1991.

D'ALMEIDA, M. Tipologia dos estabelecimentos agrícolas do Brasil - diagnóstico de realidades locais. São Paulo: FAPESP, 1981.

MONTEIRO, R. Informação e redes de integração no ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica. Belém: UFPA/ NAEA, 1984. 120 p. (Série Planejamento e Desenvolvimento - PLADP-84)

MAST - MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Organização dos pequenos agricultores: os desafios e possibilidades de luta no campo da produção, distribuição e comercialização. Brasília: ABRCA, 1981. 120 p.

■ Referências Bibliográficas

- BENETTI, M. D. **Sistemas de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90.** Série Estudos de Política Agrícola. Brasília: IPEA, 1994. 179p. (Relatórios de pesquisas, 21).
- CASTELLANET, C. e SIMÕES, A. **Idéias para melhor adaptação do FNO e as necessidades da agricultura familiar.** Altamira: LAET, 1995 (mimeo).
- CASTELLANET, C.; SIMÕES, A.; CELESTINO FILHO, P. **Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: pistas para a pesquisa-desenvolvimento.** Altamira: LAET, 1994.
- DAVID, B. **Propostas para uma ação de pesquisa relacionada às experiências de crédito na Transamazônica.** Altamira: LAET, Dez 1994 (mimeo).
- DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; TOPPAL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica.** Belém: LASAT/CAT/GRET/UAG, 1995.
- DESER - DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS - **O Fundo Constitucional do Norte e uma proposta de equivalência - produto para os pequenos agricultores.** Curitiba: MIR/SUDAM/PNUD. V. 1, 1994. 106p.
- DUFUMIER, M. **Tipologia dos estabelecimentos agrícolas na análise - diagnóstico de realidades agrárias.** Paris/Grignon: INAPG, 1986.
- MONTEIRO, R. **Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica.** Belém: UFPA/ NAEA. 1996. Tese (Mestre em Planejamento e Desenvolvimento - PLADES).
- MAST - MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA. **Organização dos pequenos agricultores: novas modalidades de luta na disputa de projetos de desenvolvimento rural na Amazônia.** Altamira: MPST, 1994.

PEIXOTO, L. **Análise em estabelecimentos agrícolas familiares beneficiados pelo FNO Especial em três municípios da Transamazônica:** mudanças e tendências. Altamira: LAET, 1996. (mimeo).

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor -** introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Olinda: 1990. 26p.